



## Introdução

A Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio da nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver.

Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo da nossa presença a história de que não somos espectadores, mas atores conscientes. Movimento que, por sua vez, é luta e só em termos de luta pode ser interpretado. Não partimos de um dado neutro, da inocência de um objetivismo que se pretende tanto mais puro quanto menos comprometido com a realidade. Nossa opção não se exerce em abstrato. A direção da nossa ação não se traça a partir do cálculo prudente das posições de meio termo. Porque nosso encontro com a realidade é um duro e implacável corpo-a-corpo com as forças sociais que exploram, aviltam e mutilam o homem. É esta realidade deformada e deshumanizada que nos vergasta asperamente e roste e nos lança seu desafio. Frente a ela nos situamos, com ela nos medimos, nela mergulhamos na aventura, no risco, na gravidade única de um combate pelo homem. Não para teorizar uma vez mais. Mas para transformar radicalmente. Para conquistar a estatura autêntica do humano.

Nosso compromisso único é, pois, com o homem. Com o homem brasileiro, antes de tudo. O que nasce com a sombra da morte prematura alongando-se sobre seu berço, o que vive com o espectro da fome habitando seu teto miserável, acompanhando inseparável seus passos incertos, passos de quem caminha na vida sem esperança e sem rumo. O que cresce embrutecido e analfabeto, exilado longe dos bens da cultura, das possibilidades criadoras, dos caminhos autenticamente humanos de uma liberdade real. O que morre de uma morte animal e anônima, atirado ao duro chão de sua miséria.

Pelo homem lutamos e também com o homem. Nossa luta é de todos. Só na consciência de humilhado e do escravo nascerá a flama da libertação. As condições concretas da sua existência dão os elementos e a perspectiva da sua luta. Esta perspectiva é também a nossa. Não nos inclinamos para o nosso irmão miserável do alto de uma posição privilegiada para estender-lhe as mãos condescendentes dos "bons sentimentos". Situamo-nos no eixo mesmo da miséria: é a partir dele que se prolonga, para nós, a autêntica dimensão da liberdade.

As páginas que se seguem formam um documento-base para os militantes de Ação Popular tentam traçar as linhas da sua visão, explicitar os fundamentos da sua opção, determinar as diretrizes da sua ação.

## Capítulo I \* PERSPECTIVA HISTÓRICA

### 1. Perspectiva Histórica Mundial

O fato da socialização preside inegavelmente ao surgimento da história humana e aparece como a matriz fundamental de interpretação do seu processo evolutivo. O homem, inviável historicamente como indivíduo isolado e dentro das formas estáticas e rígidas das sociedades animais, cria estilos cada vez mais complexos de interrelações sociais, e é na dialética interna destas estruturas comunitárias de vida que a história encontra o ritmo próprio do seu desenvolvimento. Este desenvolvimento não se faz ao acaso. Obedece a leis. Mas as leis do desenvolvimento histórico não se formulam segundo o modelo determinista das leis da natureza. São leis dialéticas, o que quer dizer que elas traduzem as possibilidades concretas, oferecidas as liberdades humanas em cada época histórica, de se realizarem - ou se perderem - dentro dos complexos sociais que são os necessários espaços vitais do homem. A socialização não se opõe à personalização, o comunitário não se opõe ao livre. Condicionam-se dialeticamente. Entretanto, sendo termo de uma iniciativa radical das liberdades, a sociedade é o lugar próprio do seu afrontamento. Do seu reconhecimento, portanto. Ou da sua luta. E da sua alienação e perda, quando as forças e os instrumentos criados pelo processo de socialização são capturados para servirem ao projeto de dominação do homem sobre o homem. A dimensão social envolve o homem em todos os planos de sua existência: o econômico, o social propriamente dito, o político, o ideológico. Cada um deles tem a sua especificidade própria. Reagem entre si em relação de intercausalidade. Quando



pensamos, porém, em termos de poder e eficácia. As relações econômicas surgem no processo de socialização como agentes mais poderosos de dominação do homem. Ou da sua libertação. Compreende-se que assim seja. As relações econômicas tecem-se no plano mais elementar das necessidades do Homem. No plano de sua existência de cada dia, da sua sobrevivência. Elas não são determinantes da existência total do Homem, das suas criações espirituais, da sua liberdade. Mas são seus condicionamentos básicos. São o terreno concreto da sua realização.

Assim, quando a História acelera o processo de socialização, a análise dos fenômenos econômicos oferece um ponto de vista privilegiado para a interpretação desse processo. Importa entretanto acentuar que esta interpretação só nos interessa na medida em que seu objeto central é o Homem mesmo, sujeito e fim da História, e não relações abstratas que se coisificam como entidades neutras e independentes segundo um esquema que a Economia clássica consagrou, mas que nós repudiamos. Nesse sentido, quando falamos de capitalismo e socialismo não nos interessa um sistema abstrato de relações econômicas, mas uma possibilidade concreta de realização do Homem dentro do processo de socialização em cujo sentido a História inelutavelmente se move. A partir de tal perspectiva, descobrimos a História moderna como marcada pelo aparecimento de estruturas sociais fundadas nas relações capitalistas de produção e por elas condicionadas. Forças poderosas e instrumentos gigantescos de exploração da natureza, acumulação ingente e vertiginosa de riquezas: tais as características que se afirmam no contexto das novas estruturas econômicas do Ocidente europeu quando desaparece a propriedade feudal; o circuito das trocas expande-se nas dimensões de um verdadeiro mercado mundial, a produção artesanal é absorvida pela grande indústria, o investimento e o crédito lançam-se na aventura dos grandes riscos e dos grandes lucros.

O surgimento do capitalismo precipita a marcha da socialização em ritmo e em proporções que a história não conhecera até então. Unificado economicamente, o mundo entra em processo de unificação política e cultural. Desde esse ponto de vista, o aparecimento do capitalismo representa um enorme salto para a frente da História. Mas, do ponto de vista do Homem, ele assinala a presença de estruturas de dominação e alienação que trazem ao processo de socialização na sua forma capitalista tensões e oposições específicas. São elas que conduzem, historicamente, ao desenlace socialista.

Com efeito, analisando desde o ângulo do sujeito do processo de socialização, ou seja, desde o ângulo do Homem que é o seu agente e o seu fim, o capitalismo caracteriza-se pela apropriação privada dos meios de produção. Apropriação privada significa aqui um estatuto de posse, por indivíduos ou grupos, cuja responsabilidade social se define exclusivamente em termos de produção, venda e lucro e cuja regulamentação legal atende exclusivamente aos mecanismos de funcionamento ideal inerentes a cada uma destas fases de circuito econômico. Não é a propriedade privada em abstrato que interessa discutir na linha da visão histórica que ora traçamos. É a apropriação privada dos meios capitalistas de produção. Ela se apresenta como originariamente responsável pelas profundas distorções que assinalam a evolução histórica do fenômeno de socialização que se desenvolve sob o signo do capitalismo. Distorção que atinge antes de tudo a situação do homem: a esfera primária de suas necessidades vitais, o imperativo moral de sua dignidade, o espaço de sua liberdade. É que a apropriação privada dos meios capitalistas de produção sujeita uma soma enorme de bens e poder a motivação fundamental do lucro e da acumulação. Daqui decorrem consequências inelutáveis. Eis as principais:

- a separação entre o trabalho, de uma parte, seus instrumentos e seu produto de outra. Entre o trabalho e o capital. Separação que engloba o trabalho na categoria econômica de "mercadoria". E que submete o sujeito concreto do trabalho, o Homem que trabalha, às leis de oscilação do mercado, à lei de bronze da acumulação e do lucro. Que constringe assim ao mínimo de uma subsistência precária a esfera de suas necessidades vitais; fere em pleno rosto sua dignidade, mutila as possibilidades concretas da sua liberdade. Seja o que for da boa consciência, da meta inter-relação, da assistência paternalista: o detentor privado dos meios capitalistas de produção nunca poderá, numa estrutura econômica fundada sobre tal estatuto de posse, estabelecer com o trabalhador uma relação autenticamente humana de reconhecimento. Será sempre uma relação de dominação. De alienação do trabalhador. Uma relação que opõe pessoa e sociedade num contexto de luta. Em que a pessoa se fecha por trás do muro dos interesses individuais. E levanta a bandeira do individualismo. Em que a sociedade se torna, por sua vez, campo aberto no qual esses interesses se defrontam e se combatem.

- a separação de classes dentro da sociedade, segundo um esquema de polarização em que se opõem posse, produção, riqueza e poder de um lado, trabalho, carência, necessidade e opressão do outro. A estratificação social, ao menos nos seus planos fun-



damentais de clivagem, se faz em termos de poder econômico e não em termos de aproveitamento racional das capacidades, em função de autênticas necessidades sociais. É verdade que o esquema de polarização configurado socialmente pela luta de classes característica da idade capitalista, desloca suas linhas de tensão na medida mesma em que o sistema capitalista evolui para novas formas. A burocracia apresenta-se historicamente proteiforme. Sucessivamente mercantil, industrial, financeira, hoje tecnocrática e gerencial. Mas, se nos países nos quais a plena expansão do capitalismo levou a um alto desenvolvimento econômico, a luta de classes atenuou a feição dramática dos primeiros tempos da revolução industrial; se nêles a redistribuição das rendas e o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de previdência social confere uma larga margem de segurança econômica ao trabalhador; se o volume da circulação social das riquezas permite falar aí de um Estado do bem-estar; se, finalmente, os poderes de decisão da esfera econômica transferem-se, nesse contexto, cada vez mais do proprietário ao diretor de empresa e ao técnico: desde que se não altera a relação fundamental de apropriação privada dos meios de produção e a motivação do lucro preside ao crescimento econômico, o processo de socialização distorce-se pela separação e luta dos interesses. O homem não reconhece o homem. Domina-o para utilizá-lo. Tal o destino do capitalismo: a perspectiva de uma luta sem remissão na esfera em que o fato da socialização desenvolve-se na linha do atendimento das necessidades fundamentais de sobrevivência do homem, ou seja, na esfera econômica. E a partir da esfera econômica como condicionamento básico da existência humana, a dialética das separações posta em movimento pela estrutura capitalista de apropriação e distribuição do produto do trabalho desdobra-se em todos os planos da existência mesma. O processo histórico da socialização se distorce então, já agora, na sua configuração global. É o que nos mostra a visão da história moderna com a tensão entre o individual e o social, e, particularmente, entre o indivíduo e o Estado, comandando a evolução das instituições sociais e políticas. Com a oposição entre o público e o privado ditando a linha de orientação dos interesses e levando ao extremo a reivindicação individualista. Com a separação entre o abstrato e o concreto imprimindo as criações culturais a feição idealista que se presta à justificação ideológica das estruturas de dominação.

-finalmente, a lei da extensão das áreas de dominação aparece historicamente como uma das características maiores da evolução do capitalismo e como uma direção fatal do seu desenvolvimento. Ela é a consequência imediata dos postulados de funcionamento de um processo econômico cuja motivação fundamental é a acumulação e o lucro. Nele a conquista, a manipulação e a ampliação dos mercados torna-se imperativo vital. Em regime concorrential, a conceituação do processo econômico na linha de uma economia das necessidades torna-se perfeitamente inoperante e não desce do terreno das abstrações. Todo esforço de racionalização permanece aqui bloqueado pela distorção fundamental da primazia do lucro sobre a necessidade. O exame da evolução histórica do capitalismo e, nesse sentido, suficientemente esclarecedora. A "lei da selva" da primeira fase puramente competitiva e da disputa sem quartel no mercado, sucede o predomínio dos mais poderosos, a emergência dos monopólios. É uma primeira verificação da lei da extensão das áreas de dominação, aqui no setor da posse e do controle dos meios de produção. O desenvolvimento das técnicas de produção, sua diversificação e consequente diversificação dos bens impõem, a par da racionalização global da produção mesma, a organização racional do mercado em função de setores prioritários. Tal não é possível sem a intervenção do poder público. A área de dominação amplia-se sobre o Estado. O Estado mesmo se torna capitalista. Um Estado planejador, objetivando constituir-se em Estado de bem-estar. Mas, se a planificação capitalista não pode prescindir do cálculo e do atendimento das necessidades, ela não se funda sobre o homem e sim sobre o lucro. Ela não oferece assim uma saída histórica para o processo de socialização no contexto das forças modernas de produção. O neo-capitalismo não foge ao destino deshumanizante do capitalismo.

Por outro lado, a lei de extensão das áreas de dominação está na origem do fenômeno que, nas suas formas modernas, se configura típico ao ciclo do capitalismo, o fenômeno do colonialismo e da sua forma extrema de sistematização e agressividade, o imperialismo econômico. É certo que, através desta forma de aplicação da lei de extensão das áreas de dominação, o processo histórico de socialização se universaliza. Eis aí um fato incontestável: a civilização do capitalismo é a primeira civilização mundial. Mas, por isso mesmo, as tensões e os conflitos de dimensões mundiais que marcam a história recente estão ligados originariamente e estruturalmente à emergência e ao destino do capitalismo. Tal é o caso das duas grandes guerras mundiais. Tal é o caso da oposição Leste-Oeste num contexto de "guerra fria". Tal, sobretudo, o caso do fenômeno histórico contemporâneo mais importante, o fenômeno da "descolonização" e da luta an-



ti-imperialista. Fenômeno que se cristalizaria politicamente na conferência de Bandung (1955). Que se propaga desde então, com irresistível rapidez e com múltiplas variantes táticas e ideológicas nas áreas subdesenvolvidas e submetidas à dominação imperialista que se convencionou denominar-se Terceiro Mundo, da Ásia, África e América Latina.

Ora, é justamente situada numa perspectiva histórica mundial que a evolução do capitalismo revela a significação profunda de sua dialética interna das separações e oposições, e da sua lei de bronze da relação do homem ao homem em termos de dominação: ela nos mostra a marcha da socialização, movimento fundamental da história, fazendo face ao risco de um impasse definitivo nas proporções de um fenômeno efetivamente universal, o fenômeno mesmo da expansão mundial do capitalismo. Nesta perspectiva é que convém situar o advento do socialismo, primeiro como crítica imanente do capitalismo, logo como exigência histórica da sua superação real.

Como atitude crítica, a emergência do socialismo no contexto mesmo em que o capitalismo elaborava, com a Economia política clássica, sua justificação ideológica, significou fundamentalmente o combate dado às teses angulares desta ideologia, a sagração do modereiro natural de um direito irrestrito de propriedade e a postulação otimista de uma distribuição ideal dos bens segundo o mecanismo do livre funcionamento das leis do mercado. Significou, em suma, quaisquer que fossem suas próprias formas ideológicas, a reivindicação para o homem, sujeito do processo de socialização, de um estatuto de norma e fim da realidade sócio-econômica. Como exigência histórica de superação do capitalismo, o movimento socialista consubstanciou-se na formação de uma consciência revolucionária logo traduzida em esquemas de ação política, nos polos da humanidade de que apareciam dominados e alienados da linha de promoção humana no processo histórico global, pela dialética interna do capitalismo. Na classe operária, em primeiro lugar, a partir dos centros de origem, expansão e consolidação das estruturas capitalistas, ou sejam dos países da Europa Ocidental, estendendo-se a novas áreas onde o capitalismo penetrava e absorvia as economias tradicionais. Em seguida nas massas camponesas, proletarizadas gradativamente pela integração das economias agrícolas na sistemática e na dinâmica da produção capitalista. Finalmente (e é o estado presente na marcha da revolução socialista) nos imensos contingentes humanos dos países submetidos à agressão e dominação do colonialismo e do imperialismo político e econômico: consciência e ação revolucionária que conferem aos movimentos populares de libertação nas áreas do mundo sub-desenvolvido uma importância decisiva na superação histórica do capitalismo e no advento mundial do socialismo.

A partir da visão do movimento socialista como fenômeno histórico estruturalmente ligado às dimensões, tornadas universais, do processo de socialização no contexto das forças modernas de produção e sua exploração capitalista, é que convém situar o marxismo como expressão mais profunda e rigorosa da crítica ao capitalismo e como interpretação teórica da passagem ao socialismo. Numa mesma perspectiva deve ser examinada a contingência histórica do encontro e fusão entre os moldes teóricos do marxismo na sua forma leninista e o primeiro movimento revolucionário socialista que se afirmou vigorosamente, nas jornadas russas de 1917. A importância do marxismo se apresenta assim sem discussão, tanto na teoria quanto na prática revolucionária, para a compreensão do socialismo como fenômeno histórico mundial. Importância extrema, decisiva mesmo. Mas não esgota a realidade histórica do movimento socialista mundial e muito menos o encerra em quadros aprioristas e dogmáticos de pensamento e ação. Mesmo porque as experiências socialistas, que atingem já 1/3 da humanidade, apresentam tal riqueza e variedade de problemas, situações e desenvolvimentos que só um preconceito idealista tentaria reduzi-las a um esquema ideológico rígido. Os caminhos para o socialismo permanecem abertos numa larga frente de possibilidades. Condicionam-se a conjunturas concretas sócio-econômicas e a constelações de forças que podem variar de país a país. Sobretudo a concepção e a tática da transição revolucionária, após a tomada do poder político pelas forças populares, estão sujeitas a um permanente confronto com a experiência. Nem podem desconhecer a profunda inspiração humanista a partir da qual toda experiência socialista deve aferir seu nível de autenticidade. A lição histórica deve ser aqui ouvida e aprendida. A tese da "ditadura do proletariado", preconizada por Marx a partir da crítica ao programa social-democrata de Gotha (1875) e reforçada por Lenin, apoiou-se numa experiência histórica bem caracterizada, a experiência da Comuna de Paris (1871). Levada à prática pela Revolução de Outubro, ela mostrou suas limitações e seus riscos. A evolução posterior da construção do socialismo na URSS e nas Repúblicas populares que se constituíram na órbita de sua influência, sofreu a pesada hipoteca de uma tese cuja expressão dogmática tornava precários os efeitos corretivos da experiência, e punha em surdina o ideal de libertação do homem pelo respeito total



do humano que constituía a motivação histórica fundamental do socialismo. Daquí a hi pertorria do poder político, a consagração mítica do aparelho do Partido, o fetichismo ideológico: tudo encontrando dolorosa configuração histórica nos traços distintivos da era estaliniana, hoje felizmente repudiadas. Não se trata, insistimos, de des conhecer a importância decisiva das experiências socialistas que se fazem sob o signo do marxismo-leninismo. Trata-se de manter alerta a exigência crítica que marca o socialismo desde suas origens. De dar primazia à amplitude da realidade histórica em movimento, sobre a limitação das ideologias. De não diminuir, sob nenhum pretexto, o homem, ou atentar à sua dignidade de norma e fim.

É nesta perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação, que encontramos a convergência de linhas da história moderna para o momento atual. Momento crucial nas alternativas do processo de socialização que define a direção de fundo de toda a história. Momento em que as condições gerais da evolução e da expansão do capitalismo, transformadas pela presença e atuação do bloco socialista-marxista, conferem ao mundo sub-desenvolvido uma função revolucionária que aparece cada vez mais decisiva nas condições históricas de transição para a instauração do socialismo mundial. Esse o contexto da situação latino-americana.

## 2. Perspectiva histórica latino-americana

A América Latina emergiu para a histórica ocidental como integrada desde logo no campo de forças do capitalismo: primeiro do capitalismo mercantil, sob a forma de colônia política das nações ibéricas e submetida a impiedoso processo extrativo das suas riquezas naturais; depois, do capitalismo industrial sob a forma de precaria e in tavel independência política de um arquipélago de nações sujeitas a rigorosa dominação econômica como fontes de matérias primas e mercados das áreas industrializadas; finalmente, do capitalismo monopolista e imperialista, tornando-se área de disputa entre os grandes centros do capitalismo mundial e situando-se no equilíbrio deste sistema sob o peso da fatalidade geográfica de contar nas suas fronteiras a maior e mais poderosa concentração de forças e interesses capitalistas e imperialistas.

Assim, a América Latina evolui historicamente sob a condição de permanente alienação da capacidade de autodecisão dos seus povos. Não chega a constituir-se sujeito da própria história. É objeto da história dos outros. Na redistribuição das áreas de influência e dominação, consequente à Primeira Guerra Mundial, a parte do leão no controle da América Latina, na sua exploração como fornecedora de matérias primas e produtos agrícolas e desaguadora de produtos manufaturados, é assumida pelos Estados Unidos. Sistema rigoroso de dominação que nenhum fator interno parecia capaz de alterar, ao menos a curto prazo.

Mas a crise mundial do capitalismo em 1929 com seu desenlace na Segunda Guerra Mundial, precipitou o aparecimento de condições novas, tipicamente revolucionárias, que passam a marcar todo o Terceiro Mundo e, em particular, a América Latina. Do ponto de vista econômico, elas se configuram pela queda brusca dos preços dos produtos agrícolas básicos de exportação e sua permanente depreciação, que esporádicos sobressaltos de alta (como por ocasião do conflito coreano) não conseguem freiar. As áreas subdesenvolvidas, e com elas a América Latina, passam a oscilar ao impacto das vicissitudes do mercado mundial e das crises econômicas das áreas industrializadas. O regime de trocas lhes é sistematicamente desfavorável e o ciclo de seu empobrecimento se fecha em espiral descendente.

A reação a este estado de coisas se esboça em termos de um esforço inicial de industrialização que em áreas latino-americanas (México, Brasil, Argentina, Chile) atinge relativo desenvolvimento. Mas a fraqueza da estrutura econômica global e a instabilidade dos quadros sociais oferecem também neste setor o flanco desguarnecido à dominação imperialista, com o caráter predatório e viciado dos investimentos estrangeiros (quase exclusivamente norte-americanos nas áreas latino-americanas) que, desnacionalizando a indústria, carreiam para a matriz metropolitana lucros excessivos, aumentam a capacidade ociosa ou paralizam o desenvolvimento de setores menos lucrativos ainda que prioritários, acabam por criar condições de intervenção aberta na vida social, política e mesmo cultural da nação. A dominação se estende a modo de reação em cadeia: econômica, política, ideológica.

É dentro deste quadro que se criam, na América Latina, as condições para a luta anti-imperialista. Elas se precipitam na década de 50, mas o seu desenrolar mesmo mostra que a sua efetivação só se torna consequente em termos radicais. Em termos de mudan-



ças de estrutura, no regime de propriedade (feudal e capitalista) e de passagem ao socialismo. Esta a lição histórica a retirar do fracasso de certos "nacionalismos", de certos fenómenos como o "frondizismo", a "democracia" de Bittencourt, e outros. Esta a lição que impõe o destino da Revolução Cubana (qualquer que seja o juízo a se fazer sobre a sua ideologização "a posteriori" em esquemas marxistas-leninistas), colga cada ante o dilema de perecer ou radicalizar-se.

## Capítulo II \* PERSPECTIVA FILOSÓFICA: O HOMEM E A HISTÓRIA HUMANA

### 1. Consciência e Mundo

A colocação inicial do problema do homem encontra-o, como em situação original e irreduzível, participando genética e constitutivamente da natureza e, na mesma medida, transcendendo a natureza. Complexíssimo edifício físico-químico e animal superior cujas surpreendentes características biológicas reivindicam uma posição axial central na evolução da vida, o homem é um ser natural. Mas a natureza não se prolonga nele em continuidade linear. Singulariza-o a emergência de uma realidade que, embora natural como ser, não é naturalizável como coisa ou objeto. É a consciência. Por ela o homem se afirma como sujeito e como tal se define. A consciência é pois, a atividade iminente pela qual o homem confere à natureza a estrutura e a forma de um mundo humano, horizonte no qual se situam para o homem os objetos e suas relações. O mundo tem sempre um sentido para a consciência. Ele é o mediador que permite as consciências - aos homens - encontrarem-se numa esfera de mútuo reconhecimento. Portanto, por definição, a consciência nunca pode ser pensada em termos de mundo: como seu produto, sua transposição, seu reflexo. Nunca pode ser operável como um objeto do mundo: em categorias de número e medida, em esquemas de manipulação instrumental. Ela se pensa a si mesma como instauradora radical de qualquer sentido a ser dado ao mundo. Como consciência-de-si, ela define o homem.

Logo, as concepções materialistas (de consciência-reflexo, de consciência-produto, de consciência-instrumento), anulando a especificidade da consciência, anulam finalmente no homem sua condição de sujeito, de pessoa. Acabam logicamente por somá-lo na série dos objetos. Submetem-no a mais profunda das alienações. Eis porque nos as rejeitamos.

Mas o mundo, na sua realidade natural, permanece irreduzível à consciência. Permanece como apelo, obstáculo, desafio, prova. Permanece como mediador para o encontro com o outro. O sentido não é criação pura. Sua validade se aferir pelo seu conteúdo de realidade. A realidade mesma do mundo, tornado problema para a consciência. Assim, rejeitamos igualmente as concepções idealistas. Também elas alienam o homem, alimentando-o ilusoriamente de abstrações.

É, pois, numa perspectiva realista, que colocamos face a face a consciência e o mundo, o homem e a natureza. Sua articulação, entretanto, não é estática, mas dinâmica. É uma articulação dialética: pela consciência, o homem compreende a natureza, estrutura-a em mundo; mas esta compreensão não é só pensamento: é ação e transformação. Ela constroi o mundo humano, o mundo-para-o-homem, e modela o homem segundo o conteúdo de realidade do seu mundo. Assim, humanizando o mundo, o homem se humaniza a si mesmo: e a consciência é o núcleo dinâmico desse processo. Ela se constitui, portanto, na conjugação de dois momentos dialéticos: o momento da intenção e o momento da expressão.

Intenção, ou seja, a consciência de alguma coisa, abertura para a realidade, visão do objeto, atitude prospectiva, afrontamento do obstáculo, aceitação do dado, alerta ao ser. Em suma, a consciência como situada.

Expressão, ou seja, a consciência para o homem, interiorização e recriação do objeto atitude reflexiva, crítica do dado, referência ao universal. Em suma, a consciência como transcendendo sua situação.

Na conjugação destes dois momentos, a consciência define a sua originalidade e o homem revela a sua essência. Uma essência que é possibilidade, risco, desafio, aventura. Uma essência que é história.

### 2. História e Cultura

O homem é ser histórico porque é ser consciente. Mas se a relação da consciência com o mundo situa o homem no mundo e refere o mundo ao homem, ela não é o fundamento radical da essência do homem como histórica. Um fato absolutamente primeiro se impõe aqui: a pluralidade das consciências. Uma consciência isolada é uma abstração útil pa



ra efeitos de análise. É de uma comunidade de consciências que se deve falar. Ora, se na relação com o mundo o homem faz da natureza um objeto de compreensão para submetê-la a um processo de transformação - ao trabalho - na relação com o outro homem (relação que seja propriamente humana) ele se encontra face a um sujeito. A compreensão de ve situar-se aqui em nível qualitativamente diferente. Não visa a transformação, a utilização. Procura o reconhecimento. Ao mundo da luta com o objeto, ao trabalho, sobrepõe-se o mundo do encontro dos sujeitos: dos vínculos sociais, da solidariedade, do reconhecimento supremo que é o amor, do dom de si. Ora, se a relação homem-natureza condiciona dialeticamente a relação homem-sociedade, pois o mundo compreendido é transformado - o mundo humanizado - é o mediador e o sinal pelo qual os homens se comunicam, é a relação homem-sociedade que deve se afirmar como constitutiva primeira da história. A história é um julgamento permanente do homem pelo homem. Seu conteúdo material é dado pela relação do trabalho. Seu sentido é dado pela relação de reconhecimento. Este sentido penetra e especifica a própria relação do trabalho. Porque toda ação humana une indissolivelmente um produto (alguma coisa que é feita) e uma significação (o sentido do produto, pensado e comunicado). A significação universaliza o produto. Ela o situa num espaço de liberdade, de opção, de valor. Ela torna possível, assim, a degradação da relação de reconhecimento em relação de fazer, do outro em coisa, do sujeito que deve ser reconhecido em objeto que passa a ser dominado. Aqui residem as alternativas impostas ao destino da história: quererão os homens dar a sua ação e às suas obras a significação e o sentido de um caminho aberto para o outro, de uma mediação autêntica para o seu reconhecimento? ou de um instrumento para torná-lo objeto, de uma mediação inautêntica para a sua dominação? Tal a luz decisiva que julga cada época, cada movimento histórico, cada situação, a validade última de todas as opções, de todos os projetos, de todas as construções humanas.

Como ser histórico, o homem é um ser cultural. Compreendendo e transformando a natureza, ele a humaniza; reconhecendo o outro, ele se humaniza. Assim ele cria um mundo propriamente humano que é o mundo da cultura, o mundo histórico. A cultura é o espaço vital do homem, não dado pela natureza, mas estruturado pelo próprio homem. Por isso mesmo, não é um espaço feito, um contorno acabado. É uma dimensão que se renova, um universo em expansão. Na multiplicidade de seus planos e aspectos, as obras culturais constituem a face objetiva da cultura. A realização do homem através destas obras constitui sua face subjetiva. Assim, a cultura conjuga dialeticamente dois momentos análogos aos momentos de intenção e expressão da consciência. Conjuga-os num processo que é o próprio processo histórico: realização do homem e do mundo humano, personalização e socialização. Cabe então a definição da cultura como o processo histórico pelo qual o homem compreendendo-se, compreende o mundo em relação de transformação e os outros homens em relação de reconhecimento, criando um mundo humano e nele se realizando como homem.

Enquanto se refere à consciência situada, a cultura tem duas propriedades constitutivas: a histórica e a social. Realiza-se num tempo humano determinado e é condicionada pelo tipo de comunicação social então vigente, pelo sentido que os homens dão ao seu ser-em-comum.

Enquanto se refere à consciência como capaz de transcender criticamente seus condicionamentos, a cultura tem duas propriedades normativas: é pessoal e universal. Deve realizar-se o homem como consciência-de-si, isto é, como pessoa e liberdade, mostrando-se como o caminho de libertação do homem do domínio da necessidade (natureza) para o reino da liberdade (história). Deve visar intencionalmente o homem como norma e fim da história, mostrando-se assim como o reino do universal: da comunicação, da verdade, dos valores.

### 3. Consciência Histórica

Ser consciente, o homem surge num mundo de cultura. Nêle vive e é condicionado por tipos específicos de relação com a natureza (trabalho) e de relação com a comunidade (organização social). É inserido nestes condicionamentos que o homem encontra inclusive a possibilidade de criticá-los e transcendê-los. Assim, a consciência é histórica. Ela tem seu lugar e seu tempo. É como histórica que a consciência descobre para o homem o sentido das suas tarefas concretas, da sua atividade criadora de cultura, o sentido da sua existência como ser histórico.

A partir da concepção realista da consciência, a noção de consciência histórica insere na dimensão do tempo humano a articulação dialética do homem e do mundo. Supera a concepção materialista da história que não escapa à coisificação da consciência pela sua sujeição aos determinismos do mundo. Não incide na concepção idealista que atrai



ção as responsabilidades históricas concretas pela fuga para o abstrato.

Assim, a forma própria do existir histórico do homem em determinada época e dentro do contexto de determinada cultura manifesta-se nos indivíduos desta época e desta cultura como a sua consciência histórica. Ela implica exigências autênticas de realização humana dos homens de tal época e de tal cultura; e descobre o sentido em que as opções concretas destes homens são chamadas a se inserir na linha destas exigências.

A exigência fundamental, a que todas as outras (econômicas, sociais, políticas, morais) se ordenam, e da qual recebem seu conteúdo histórico, é a exigência da comunicação das consciências, do encontro dos homens numa dimensão propriamente humana; a dimensão em que uma significação é comunicada, um valor é proposto, um sentido é dado à reflexão histórica comum.

Ora, tal processo de comunicação estrutura-se dialéticamente na história. Constitui, mesmo, a dialética da história. Sua alternativa é entre a negação do outro, sua redução a objeto ou, em termos históricos, sua dominação; ou a afirmação do outro, sua promoção como sujeito, o que vem a ser, em termos históricos, seu reconhecimento.

A dialética da história apresenta uma dura face de luta; é a multiplicação de formas de dominação em todos os planos da realidade humana. Mas só uma visão desesperada e absurda (que é ainda uma forma extremamente sutil de dominação do outro) pode entregar a palavra final da história a relação que aliena, despersonaliza, nega o homem. Mais profundamente, e em definitivo, é o movimento do reconhecimento, da personalização, da solidariedade que orienta a história. É ele que lhe confere sentido, que dá a norma final das opções historicamente válidas e a medida mesma do humano.

Assim, a dialética da história tem um sentido e é nêlo que a consciência histórica de uma época se encontra e se justifica: o sentido da emergência da pessoa sobre a natureza, da liberdade sobre todos os determinismos, do universal e aberto sobre o particular e fechado, do social sobre o gregário.

Se o homem, como ser consciente, é pessoa, êle compreende a natureza e a transforma. Supera seus determinismos, é livre. Como tal, eleva-se ao universal, ao livre encontro com o outro. Socializa-se. É da pessoa, pois, que irradiam as três direções mestras da história: a libertação, a universalização, a socialização.

A consciência histórica do mundo moderno tem como características fundamentais a descoberta do indivíduo que marcou os inícios de um novo ciclo cultural a partir da Renascença e da expansão do capitalismo, e a descoberta do social e do histórico que se liga ao processo de aceleração da dominação técnica-científica da natureza e da organização social e assinala a crise do capitalismo e do seu mundo cultural e a emergência do socialismo.

É no quadro destas características que situamos nossa própria vivência de consciência histórica. E definimos o sentido de nossa opção. Mas o nosso contexto imediato é o da relação de dominação que o sistema capitalista estabelece sobre as áreas subdesenvolvidas cujas populações se marginalizam e retardam face ao ritmo da socialização e as exigências da consciência histórica do nosso tempo. É, pois, na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro. Presença que repõe todo oportunismo, todo empirismo de curta visão. Que parte de uma concepção realista da história, tendo como sujeito o homem a ser reconhecido, como objeto o mundo a ser humanizado, como fim a comunidade das pessoas na transparência e na solidariedade de um mundo autenticamente humano.

### Capítulo III \* O SOCIALISMO

1.

Históricamente o socialismo deu os primeiros passos com a revolução russa de 1917. Ao Estado liberal opõe o Estado planejado. Se êsse era dominado pela burguesia, teoricamente nas experiências marxistas, fica sob o poder de uma ditadura do proletariado que, na prática se exerce através do partido comunista, que se declara "vanguarda do proletariado". Da posse privada dos meios de produção passa-se à posse coletiva. Ao jogo livre ou pseudo-livre dos mercados, opõe, pela planificação, a economia da necessidade em substituição da economia do lucro. O Estado planeja o investimento, o emprego da mão de obra, estabelece prioridade para os setores básicos, como indústria pesada, energia, etc. Esta revolução, primeiro passo do socialismo na história, foi realizada dentro da inspiração de uma ideologia, o marxismo-leninismo.



Depois da revolução russa e da criação das Repúblicas Populares, os fenômenos mais importantes foram a revolução chinesa e, na América Latina, a revolução cubana. Do 1917 até os nossos dias o sistema socialista atingiu cerca de 1/3 da humanidade que, ao que tudo indica, mesmo no caso de superar a motivação marxista, continuará a desenvolver-se. Os exemplos desse desenvolvimento mostram a complexidade do mundo socialista em gestação, que não se confunde com o bloco político-militar soviético e que poderá comportar experiências as mais diversas e com critérios ideológicos distintos.

Acrescente-se que as revoluções se deram geralmente nos países semi-feudais e não nos industrializados, onde continuou a desenvolver-se o capitalismo. A revolução chinesa, ao contrário da revolução russa, tinha na vanguarda a força camponesa. A revolução cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria afirmado a posteriori, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional.

Além disso, a Iugoslávia separou-se do bloco político-militar soviético sem abdicar da fundamentação marxista. O processo de desestalinização, depois de 1956, levaria países como a União Soviética, Polónia e Albânia a diferente evolução interna. E hoje a tensão União Soviética/china acentua as diversas concepções da passagem do mundo ao socialismo.

O socialismo, nas experiências até agora realizadas, leva à ruptura do sistema capitalista, através da implantação de uma economia planificada na qual se dá prioridade ao trabalho. É um esforço para, rompendo com os quadros da livre competição e da posse individualista dos meios de produção por um controle e posse social dos meios (em vários setores, níveis sociais, do cooperativo ao estatal) criar uma democracia econômica real. A socialização dos meios de produção aparece como um esforço de libertação do homem dominado por outro homem.

Históricamente, entretanto, a revolução marxista opera a transposição da posse e controle dos bens de produção ao Estado que, liderado pelo PC dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vezes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando novo polo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante. O Estado seria uma máquina formadora de determinado tipo de consciência, acrítica e massificada.

O problema do poder é alterado mas não radicalmente transformado. Este poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras dominações, a política, a cultural, etc. Falta uma participação real, plural.

Este processo não é inerente ao socialismo, mas é característica de uma fase, fruto da necessidade de implantação, em clima de isolamento e auto-defesa, mas que também provém de uma orientação ideológica, que não dando à consciência a possibilidade de transcender à História, a vê como consciência-reflexo, e a submete as leis massificadas do poder político de controle restrito.

De tudo isto decorrem muitas outras alienações, no plano do pensamento, das artes e da possibilidade de uma livre opção do homem diante de seu destino final.

Esta crítica não pode ser vista de um modo estático. A evolução da experiência socialista em países como a Polónia, a Checoslováquia, a Iugoslávia e a União Soviética mostram a quebra da ortodoxia rígida. Define-se uma política de bem-estar, permite-se um certo pluralismo político, há preocupação com a diversificação da produção industrial dos bens de consumo, discute-se abertamente o "realismo socialista" nas artes, o dogmatismo, o culto da personalidade; prepara-se aos poucos o campo para o desenvolvimento da crítica como exercício dialético do próprio sistema.

## 2. Consequências Político-Ideológicas

O processo de socialização que caracteriza a evolução da humanidade, só recentemente, isto é, a partir de 1917, consegue expressar-se em experiências socialistas. Estas experiências, apesar de deficiências características do período de implantação, de alguns erros de orientação política e sectarismo, vem progressivamente se aprimorando e criando melhores condições para a realização humana.

O socialismo é a consequência imediata da negação do capitalismo, negação que, dialeticamente, se coloca não como pura negatividade, mas como concretização de um novo modo de existir. De fato, o sistema socialista cria condições econômicas e sociais que rompem inúmeras relações de dominação, aumentando as possibilidades de comunicação das consciências e de domínio da natureza. É um estágio importante na luta



contra o processo de dominação e na busca da conciliação das consciências.

A realidade brasileira e a de todos os países subdesenvolvidos evidenciam estruturas de exploração tais que marginalizam grande parte da população mundial numa situação de atraso total relativamente ao processo de socialização.

Diante disso, a integração do mundo subdesenvolvido no processo histórico, fez-se adotar o processo permanente de eliminação das relações de dominação e integrar corrente socialista que está transformando o mundo na atualidade.

Esta opção nos integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica em relação às experiências socialistas em realização. Leva, por exemplo, ao apoio à luta do povo cubano na construção de sua sociedade socialista.

Assumida essa posição, em termos amplos, torna-se necessário especificar algumas opções básicas que serão definidas em função da realidade brasileira. Como opções de problemas básicos, há necessidade de uma reformulação prática da propriedade dos meios de produção, agora colocados não mais na ótica da apropriação privada, mas da apropriação social: não de indivíduos, mas coletiva. Substitue-se a empresa cuja hierarquia de produção é fundada no lucro, pela unidade de produção que opere em função das necessidades sociais. A articulação deste modo de usar e produzir é função de um órgão político, o Estado, pelo qual as necessidades coletivas serão racionalizadas e, através de uma planificação, atendidas.

Para nós, o que caracteriza a dominação do estatismo, que tanto pode se dar em um mundo capitalista, quanto em nome de uma perspectiva socialista, não é tanto o fato de o Estado tudo possuir, mas sim o fato de que este Estado não seja realmente o resultado da convergência das vontades populares. O que nos define face à função do Estado, não é o fato de ser maior ou menor proprietário ou interventor, mas sim o fato de ser ou não resultado da participação efetiva das forças sociais, essencialmente das forças do trabalho. A crítica capitalista do Estatismo sempre se fez sob o prisma da defesa da propriedade privada em nome da liberdade, mas o Estatismo como fenômeno negativo não é a transformação do Estado em proprietário, mas a existência de um Estado em que o interesse da coletividade não seja o único presente. Se nesses sentidos pode-se falar em capitalismo do Estado: Estado que tudo possui, mas no qual a minoria decide contra os interesses da maioria. O que interessa é garantir a liberdade de desenvolvimento das pessoas, a possibilidade da sua expressão e da expressão de sua vontade. Porém, liberdade com a expressão da pessoa não é poder fazer tudo o que se quer, mas poder fazer tudo que seja expressão de uma necessidade humana fundamental, tratada no nível da razão. A liberdade, sendo pessoal, é essencialmente social, tem como referência uma função social. Portanto, garantir a liberdade é fazer com que o Estado seja a convergência das decisões socialmente assumidas.

A socialização da propriedade é o processo de democratizar a distribuição e o uso dos bens decorrentes do trabalho humano, impedir sua função de dominação e, assim, criar bases para uma real democratização do poder. Essas opções face à propriedade, ao poder e ao Estado, têm as suas justificativas, na ra ordem técnica, isto é, mudar a ordem de como resolver para todos os homens os seus problemas e atender às suas necessidades, quanto se concilia com a perspectiva de moral social fundamentada na afirmação de que a relação básica para o homem não pode ser a de dominação.

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência.

No momento revolucionário, deverá se dar a coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participação unificada, num organismo que deve reunir progressivamente as forças populares, acentuando o caráter representativo do poder e abrindo-se ao debate que o tornará expressivo das necessidades e aspirações do povo. Poderá fazer-se sentir a necessidade de um partido único ou de outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário. Desta forma, o problema do partido único ou da ditadura do proletariado não se coloca em seu aspecto formal, mas sim no grau de participação do povo em suas direções.

Fundamentalmente, todas as opções de nossa luta socialista têm de colocar-se em termos práticos, isto é, partirão de uma compreensão da realidade, de uma interpretação histórica informada por um método, pela concepção do homem e do mundo.



Como movimento de ação revolucionária, partimos da compreensão das relações estruturais brasileiras, marcadas, no atual estágio, pelo processo de desenvolvimento industrial.

#### Capítulo IV: A EVOLUÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

A industrialização do Brasil inicia-se, em termos efetivos, a partir da crise de 1929, com a transferência de recursos do setor agrícola de exportação e a substituição de importações de produtos de consumo.

O processo de industrialização, através de suas diferentes fases, seria acompanhado por uma diversificação da estrutura social, com o surgimento de tensões e perspectivas antagônicas, ou seja, a consolidação das estruturas de classe.

O dado inicial seria a ruptura do setor agrário, diversificando o setor de exportação do setor de subsistência. O primeiro, ajustado às condições de um mercado monopolista, iria ingressar numa tendência crescente de introdução de relações de tipo capitalista e de associação de áreas já capitalizadas da Economia. Esse fato, ligado às próprias condições de formação de capital para o impulso inicial de industrialização, iria gerar uma ambiguidade na perspectiva e nos interesses dos setores agrícola e industrial da área capitalista. De outro lado, em extensa área mantida fora do desenvolvimento do mercado, manter-se-ia um setor agrícola de subsistência baseado em sistema de produção semi-feudal e desvinculado do processo econômico geral.

A industrialização que se inicia com capitais nacionais iria coexistir com o influxo de investimentos estrangeiros com que se caracterizou a nova fase de exploração imperialista. De início situada em um esquema competitivo, a indústria nacional tenderia a uma progressiva assimilação pelo capitalismo internacional. As reações a essa assimilação que existiram e existem por parte de setores limitados da burguesia, marcados pelo capitalismo competitivo, não encontraram sustentação nas perspectivas concretas e nos interesses da burguesia enquanto classe, já que a associação ao capital estrangeiro significou o rumo natural de sua expansão e da segurança de seus lucros.

Diante do crescimento econômico em termos de ruptura entre a área feudal e a área capitalista, a formação do proletariado urbano se faria não somente em termos de uma transferência setorial da mão de obra, mas em termos de uma transferência dessa mão de obra entre sistemas econômicos diversos.

A coexistência de duas áreas econômicas demarcadas iria determinar que a formação do proletariado urbano correspondesse a um canal de ascensão social para a mão de obra da área feudal, daí decorrendo toda uma instabilidade de seu comportamento de classe e dificultando a radicalização das suas perspectivas.

A esse processo de ruptura corresponde, ainda, a dissolução da estabilidade das camadas médias da população. A classe média, antes sustentada pela burocracia do estado iria progressivamente integrar-se na economia privada que se instala, condicionando-se a um mercado de trabalho capitalista e marchando para a crescente proletarianização.

Dai a sensibilidade de setores amplos da camada média para uma conscientização e o aparecimento em seu meio de setores progressistas e revolucionários.

As tensões que correspondem à ruptura da estrutura social e econômica, ligam-se, de início, ao agravamento das condições de vida do povo, pelo desenvolvimento da exploração, agravamento que se apresenta em um quadro de progressiva integração da burguesia na área imperialista.

O crescimento da economia em termos de desequilíbrio levaria a classe operária a apresentar-se através de uma pressão distributiva em relação ao produto de desenvolvimento.

Diante da inflação e do desequilíbrio há condições para a formação da consciência de classe do proletariado urbano e para o desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária, fato que se expressa na progressiva integração de suas organizações e nos recentes movimentos políticos que empreendeu.

Diante desses dados e da pressão das condições de miséria das populações rurais, ao lado de exigências de racionalização da produção agrária, apresenta-se a tensão no campo como fato suscetível de radicalização imediata e que se mostra o mais assustador para a classe dominante.



O fato de que essas tensões não encontrarão resposta no sistema de relações jurídico-sociais existente começa a se evidenciar, diante da ineficácia dos próprios ajustes e saídas encontradas, nos momentos críticos, pelos grupos no exercício do poder. As crises que se sucedem desde a de agosto de 1954, o agravamento das pressões do capitalismo internacional, o aumento do ritmo inflacionário, são fatos que demonstram aos próprios grupos dominantes a impossibilidade de prosseguir o desenvolvimento em termos de desequilíbrio e produção anárquica.

Para a burguesia, já há algum tempo, coloca-se a necessidade de racionalizar o processo de exploração, dotar de eficiência a máquina estatal, ajustar os setores em crescimento. Ela tem apresentado sucessivamente, através de facções representativas, diferentes "ideologias" de correção do desenvolvimento. Tais esquemas corretivos são apresentados, ora pelo moralismo político, que se propõe a consolidação de uma autoridade do Estado, ora pelos planos de estabilização monetária e de disciplina financeira, ora pelo reformismo, que vê as soluções das tensões através de concepções não estruturais das chamadas "reformas de base". Fundamentalmente, tais esquemas constituem a tentativa de instauração de um neo-capitalismo, que permita o sucesso do desenvolvimento burgues, evitando as tensões susceptíveis de provocar, pela radicalização das massas, alteração na estrutura social e no sistema de exploração vigente.

Essa perspectiva encontra sustentação no esquema imperialista a que se ligam nossos grupos dominantes, através da "Aliança para o Progresso", que se propõe a ajustar as economias latino-americanas, ajustando-as à nova fase do capitalismo internacional e amainando os conflitos capazes de gerar a luta revolucionária. É visível porém, que os esquemas corretivos propostos, ainda que sustentados pelo capitalismo internacional, não encontrarão resultado diante do fato de que as contradições e antagonismos são inerentes ao processo econômico em desenvolvimento.

As forças populares não têm sido capazes de opor a essa sua perspectiva. Diante da inexistência de uma vanguarda revolucionária e de um trabalho eficaz de uma organização de massas, na ausência de uma denúncia da estrutura capitalista, sua atuação tem se limitado a uma participação na política burguesa e a uma agitação colocada antes em função de opções já postas pela classe dominante que a serviço da formação de uma consciência política das massas trabalhadoras, o que não impede, entretanto, seu crescimento.

A estrutura de dependência que condiciona o movimento sindical às instituições de poder, o caráter irresponsável que tem cercado algumas tentativas de organização dos camponeses, as próprias dificuldades na delimitação dos objetivos da luta popular, são elementos de compreensão das razões porque a esquerda brasileira tem sido incapaz de libertar-se do comando da burguesia e afirmar-se como vanguarda.

A consciência crescente que surge entre as massas populares a respeito do sistema de dominação a que estamos submetidos não tem sido canalizada, assim, senão para uma luta de conquistas parciais de libertação econômica, que não colocam em questão a própria estrutura, mas simplesmente se dirigem no sentido de acelerar o desenvolvimento dentro dos quadros do capitalismo.

Algumas áreas tentaram racionalizar essa tendência, postulando a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução. Baseada na afirmação da existência de uma burguesia nacional com interesses antagônicos aos do capitalismo internacional, e complementada por uma visão de desenvolvimento alheia à preocupação de uma verificação concreta da realidade, essa tese delimitava nitidamente o posto dos interesses da industrialização e da estrutura agrária, encarando o imperialismo em seu modelo inicial, anterior às grandes inversões industriais na América Latina e ao incremento de concentração de capitais. Seria fácil, daí, concluir que a exploração do capitalismo internacional só teria por base a estrutura agrária e como aliado fundamental o setor latifundiário. A gratuidade dessa concepção tem se evidenciado nas análises concretas, que demonstram a tendência do imperialismo a se firmar nas estruturas econômicas dependentes através do desenvolvimento burgues.

A falência da chamada luta nacionalista e a impossibilidade de levar às massas uma luta que não esteja diretamente vinculada à sua situação de classe indicam claramente a necessidade de uma estratégia revolucionária baseada nas condições concretas da estrutura brasileira.

Definimos nossa luta revolucionária no combate ao capitalismo internacional, inclusive contra o esforço de implantação no Brasil de um sistema econômico neo-capitalista, fato que não leva a visão ingênua da possibilidade de uma revolução imediata, mas que nos faz ordenar o trabalho e as conquistas atuais a uma preparação ativa desse processo.



80.

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais do poder. Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade.

Estamos certos de que isto só se dará a partir de um trabalho de organização de massas que possibilite a sustentação dessa luta e de um trabalho de conscientização que permita o avanço revolucionário.

Conscientes de que nesse trabalho será necessário utilizar os mais variados instrumentos e que será possível explorar as contradições do poder atual, propomo-nos a uma conquista de instrumentos que possam gradualmente ser usados como força de pressão radicalizadora. Não somente colocamos essa necessidade como tarefa de nossa militância em instrumentos do poder a que sejam chamados, mas devemos fundá-la no diálogo permanente com outros setores anti-imperialistas e revolucionários e na radicalização das próprias contradições do poder atual.

A prioridade do nosso trabalho referir-se-á às organizações operárias e camponesas. So reconhecemos a essencialidade do fenômeno imperialista e a integração das diversas formas atuais de dominação nos quadros do capitalismo internacional, nem por isso deixamos de nos impor a exigência de um método de conscientização e organização que parta das exigências concretas das massas.

O movimento operário, em seu desenvolvimento, tem possibilitado formas iniciais de mobilização política. A grande massa, no entanto, ainda fora das organizações sindicais, estabelece suas aspirações no nível reivindicatório, em virtude mesmo de não terem acesso a uma visão estrutural que lhes é negada. Impõe-se assim nosso trabalho no sentido de levar a massa às organizações sindicais, fortalecer a sua vanguarda política, criar condições de seu aparecimento onde elas não existam, e sobre tudo, conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista. O trabalho de agitação a partir de problemas concretos e a atuação através dos movimentos de cultura popular, alfabetização, etc, tem demonstrado sua validade como instrumento dessa conscientização. Não devemos ignorar, porém, que a classe dominante se propõe e efetivamente atua em um trabalho de manipulação da opinião pública através da imprensa, rádio, televisão, etc. com condições de maior eficácia que a iniciativa dos grupos de vanguarda. Para vencer este obstáculo será necessário, não só denunciar constantemente as afirmações e os valores da classe dominante, mas sobretudo ligar indissolúvelmente o trabalho de conscientização à organização das massas atingidas.

Em relação ao problema do campo, as condições objetivas indicam a necessidade de outro tipo de trabalho. Importa distinguir inicialmente as áreas de trabalho coletivo (sobretudo nos setores de exportação) das áreas feudais. No primeiro caso, a formação de uma consciência e do trabalho de organização encontram melhores condições, embora seja necessário considerar que os problemas de nível de vida são frequentemente catalizadores mais importantes do espírito de luta. Importa aí canalizar a insatisfação já existente para a denúncia do sistema de exploração, sempre porém associando o trabalho de agitação aos problemas concretos e locais. Nas áreas feudais, as dificuldades são maiores, não só pela dispersão das populações, como também pelo alto grau de conformismo que apresentam os camponeses, dada a permanência secular das condições de exploração. Aí, porém, o problema capaz de suscitar o espírito de luta é mais estrutural, ligado a propriedade da terra. De toda forma, é necessário considerar que o trabalho no campo só encontra raízes nos problemas concretos e locais, sendo lento o processo de formação de consciências e extremamente difícil lançar palavras de ordem políticas.

Outros setores, embora não prioritários, apresentam condições de um trabalho eficaz. O movimento estudantil tem se fundado gradualmente na linha de aliança com as classes populares e da remoção de obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade. O próprio fato da radicalização de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política.



Em todas essas áreas, a tônica será a preparação revolucionária. Esse trabalho será feito tendo em conta a possibilidade e a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório. Ao mesmo tempo, porém, é necessário afirmar nossa atuação em uma integridade da luta político-ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário.

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ELABORADO NO 2º SEMESTRE DE 1962,  
DELA FOMITE DE COORDENADOR DE AP  
(DESIHO, NIS ALBERTO, ALDO; JACOB,  
JAO, EDME).

PUBLICADO OFICIALMENTE DE LA AD  
EM JANEIRO DE 1963.